

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JOÃO PEDRO SILVA ANTUNES

O NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTEGRAÇÃO ESCOLAR.

**NOVO CRUZEIRO - MG
2022**

O NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTEGRAÇÃO ESCOLAR

João Pedro Silva Antunes¹

Janaina Neves Maciel²

Cristiane dos Anjos Parisoto

³

Isabel Carneiro de Almeida⁴

RESUMO

A Educação Inclusiva ganhou seu espaço merecidamente junto à sociedade brasileira, sendo fundamental importância na formação integral do ser humano (nos aspectos: motor, cognitivo e afetivo-social). Porém uma parte dos indivíduos não é desenvolvida em sua plenitude, fator este que é tido como um simples detalhe ou culpa do “sistema”, mas que deixa marcas para o resto da vida. Como diz Gusdorf (2003), a verdade do saber e da ação não é congênita à humanidade, mas sim o produto de um aperfeiçoamento no seio de cada comunidade. A presença em sala de aula, de alunos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem, relacionadas às condutas típicas é um assunto que tem gerado muitas incertezas para o professor que se propõe a contribuir com a construção de uma escola inclusiva, onde os profissionais adequados e formados possam auxiliar de forma clara e simplificada cada criança no seu devido nível e limitações, porque há crianças cujo padrão comportamental encontra-se na primeira categoria, apresentando comportamentos voltados para si próprios tais como: fobias, automutilação, alheamento do contexto externo, timidez, recusa em verbalizar, recusa em manter contato visual, entre outros. Por outro lado encontramos crianças cujo padrão comportamental, encontra-se na segunda categoria, apresentando comportamentos voltados para o ambiente exterior, tais

¹ Graduanda em Licenciatura em História no Centro Universitário UNIFACVEST. Artigo apresentado como requisito parcial para aprovação do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História.

² Orientadora: Mestrado e Graduação em História Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

³ Coorientador: Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFSUL. Licenciatura e Bacharelado em História pela UNIFACVEST.

⁴ Mestrado em História Universidade de Passo Fundo, UPF, Graduação em Licenciatura Plena em História. Universidade de Caxias do Sul, UCS.

como: agredir, faltar com a verdade, roubar, gritar, falar ininterruptamente, locomover-se o tempo todo, entre outros. Contudo esse grau de severidade desses comportamentos vai depender de variáveis tais como frequência, sua intensidade e sua duração. Em ambas as abordagens, apesar das diferenças quanto aos critérios diagnósticos, existem uma concordância quanto ao aspecto invasivo destes transtornos mentais e outros transtornos, considerando que todas as áreas básicas do desenvolvimento psicológico são afetadas ao mesmo tempo e em níveis graves.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Formação Integral, Padrão comportamental.

Abstract

Inclusive Education has deservedly gained its space in Brazilian society, being of fundamental importance in the integral formation of the human being (in the aspects: motor, cognitive and affective-social). However, a part of individuals is not fully developed, a factor that is seen as a simple detail or fault of the “system”, but which leaves marks for the rest of their lives. As Gusdorf (2003) says, the truth of knowledge and action is not congenital to humanity, but the product of an improvement within each community. The presence in the classroom of students who have marked learning difficulties, related to typical behaviors, is a subject that has generated many uncertainties for the teacher who proposes to contribute to the construction of an inclusive school, where adequate and trained professionals can help each child in a clear and simplified way at their due level and limitations, because there are children whose behavioral pattern is in the first category, presenting behaviors aimed at themselves such as: phobias, self-mutilation, alienation from the external context, shyness, refusal verbalizing, refusal to maintain eye contact, among others. On the other hand, we found children whose behavioral pattern is in the second category, presenting behaviors aimed at the external environment, such as: assaulting, not being truthful, stealing, screaming, talking without interruption, moving around all the time, among others. . However, this degree of severity of these behaviors will depend on variables such as frequency, intensity and duration. In both approaches, despite differences in diagnostic criteria, there is agreement on the pervasive aspect of these mental disorders and other disorders, considering that all basic areas of psychological development are affected at the same time and at severe levels.

Keywords: Inclusive Education, Integral Training, Behavioral Pattern

1. INTRODUÇÃO

Iniciamos o presente artigo, sobre os transtornos globais do desenvolvimento já utilizando de uma assertiva: é preciso reunir os conhecimentos de várias áreas para termos condições de atender a essa parcela da população, na maioria das vezes incompreendida e marginalizada.

É indiscutível que para que a Educação Inclusiva seja plena e bem resolvida, faz-se necessário à importância da participação da família junto a comunidade escolar. Acreditamos que a interdisciplinaridade, aqui entendida como uma superação de fragmentação do conhecimento, ou seja, um trabalho conjunto que envolve as novas tecnologias de diagnóstico e intervenção, profissionais e estudiosos de várias áreas como educação, saúde, psicologia, é um caminho para compreender essas etiologias e tratá-las levando em conta o indivíduo cidadão.

O grande desafio desse processo inclusivo é fazer com a sociedade como um todo se interesse pela discussão da diversidade para superar discriminações de etnias, de gênero, de preferência sexual, geracional de normalidade, de eficiência, de classes sociais e outros.

Portanto, para atender as necessidades desses alunos inclusivos, é preciso estar atento à diversidade e analisar minuciosamente as possibilidades de aprendizagem apropriadas como eficácia das medidas adotadas pelo professor dentro da sala de aula, levando em conta os fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais de cada um.

Na educação, a proposta inclusiva tem-se tornado bandeira de muitos movimentos sociais que constantemente colocam, publicamente, situações educacionais marcadas pela dificuldade em se lidar, no universo da escola, com as diferenças. São situações de discriminação racial, de gênero, de condição social, de sexualidade, de diferenças físicas, mentais e tantas outras, que são absorvidas pela

cultura escolar e transformadas em cenas corriqueiras, sem que a presença de um estranhamento e de um desconforto frente a tais discriminações possibilitem mudanças nessa realidade.

Para realizar a inclusão, é preciso uma posição crítica dos educadores em relação aos saberes escolar e à forma como podem ser trabalhados, implica considerar que a escola não é uma instituição pronta, acabada, inflexível, mas uma estrutura que deve acompanhar o ritmo de educandos, em um processo que requer diálogo dos professores com a comunidade escolar e com outros campos de conhecimento. É importante ressaltar que o movimento por uma educação inclusiva não nega que as síndromes, as deficiências, o sofrimento psíquico existam. Essas pessoas, com deficiências, devem ser consideradas como sujeitos de direito, direito de aprender no seu nível educacional e nos seus devidos limites, mas o importante é serem aparados e respeitados como seres humanos.

2. UM DESPERTAR SOBRE A INCLUSÃO

Muito se tem discutido, recentemente, acerca da Educação Inclusiva, pois a mesma se apoia em uma visão ampliada do processo de ensino aprendizagem. Parte do princípio de que todos podem aprender e de que suas diferenças devem ser respeitadas e trabalhadas. Por isso a escola comum torna-se um lugar fecundo para a construção de novos referenciais para esses sujeitos, pois é na convivência com seus pares, que não apresentam as mesmas particularidades, que eles podem aprender novas noções e habilidades. Nessa perspectiva, o parâmetro fundamental são as suas potencialidades, a sua possibilidade de descobrir e produzir outras formas de conhecer, como analisa uma professora do ensino fundamental.

“... as dificuldades imprimem um ritmo, mas impedem o desenvolvimento... precisamos ter sensibilidade para incluir cada sujeito em sua particularidade, promovemos situações de aprendizagem e trabalhamos com a diferença...”
(Eliza, 2005)

Logo, com a vigência da LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996), que no seu capítulo V define educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais, observou-se a necessidade de capacitar os professores, principalmente os

professores da rede pública, pela responsabilidade que têm em relação ao trabalho desenvolvido com a maioria das crianças e adolescentes em idade escolar.

Contudo, na busca dessa inclusão, fica notório o desconhecimento que se tem relação ao assunto por muitos, o que faz com o cotidiano de uma pessoa com deficiência se torne cenário estranho e distante para grande parte da população. Mas lembramos de que toda e qualquer criança tem o direito a uma educação que lhe permita realizar o seu máximo potencial humano, independente da sua capacidade de aprendizagem!

A atenção a diversidade, referente à Educação Inclusiva é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para o desenvolvimento e socialização, levando em conta, suas limitações, nível e grau educacional.

Segundo Zacharias (2007), no começo da década de 1990, em todo mundo, iniciou-se um processo de reintegração da criança portadora de deficiência ou distúrbios de aprendizagem na Escola e classes comuns.

No caso da escola, a diversidade foi, durante muito tempo, alvo da exclusão resultando em classes e escolas especiais, em instituições totais, casa de correção múltipla repetências, evasão escolar.

A Secretaria de Estado de Educação entende que essa é uma discussão que precisa estar presente na escola, pois ao considerar a particularidade de cada sujeito, o professor poderá ter outro olhar para o seu aluno, enxergando no outro suas semelhanças e diferenças. Práticas discriminatórias e crença em um padrão único de comportamento, de ritmo, de aprendizagem e de experiência devem ser superadas. A ideia de padronização dá margem ao entendimento das diferenças como desvio, patologia, anormalidade, deficiência, defasagem, desigualdades e o trato preconceituoso das diferenças produzem práticas intolerantes arrogantes e autoritárias. Essa reflexão levará o professor a entender que todos os sujeitos são múltiplos, mutáveis, imprevisíveis, fragmentados.

2.1. PRINCIPIOS DE INCLUSÃO

Na Constituição de 1998 em seu artigo 205 está prevista como um direito de todos e dever do Estado e da família. Com o objetivo do pleno desenvolvimento da

pessoa, a educação é extremamente importante para as pessoas com deficiência. O artigo 206, I, da Constituição estabelece que o ensino será realizado em condições de igualdade de acesso e permanência. Desse modo a pessoa com deficiência tem o direito constitucional de participar do ensino regular; uma vez que o princípio da educação em igualdade de condições é positivado na Constituição.

O direito à educação também está estabelecido na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, no seu artigo 24(BRASIL-2009). A Convenção determina aos estados signatários orientações obrigatórias para as políticas públicas, efetivando, nesse sentido, a educação inclusiva.

A inclusão visa garantir o acesso e a participação de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos, em todas as possibilidades ofertadas pela escola e impedir a segregação e o isolamento, como foi praticado ao longo dos tempos. Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias linguísticas, raciais e étnicas, aqueles que fazem opção sexual diferente das escolhas de padrão, aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem e aqueles que se ausentam constantemente das aulas por razões de saúde.

Esse princípio fundamenta a política de integração e a mudança de integração para inclusão é muito mais do que mudança de moda e do que uma semântica do politicamente correto. Embora os termos sejam muitas vezes usados como se fossem sinônimos, há uma diferença real de valores e da prática entre eles. A integração envolve preparar os alunos para serem inseridos nas escolas regulares, o que implica um conceito de “prontidão”. O aluno deve adaptar-se a escola e não há necessariamente uma perspectiva de que a escola irá mudar, cada vez mais, para acolher uma diversidade de alunos.

A inclusão representa, de fato uma mudança subjetiva e nos valores para as escolas e para a sociedade como um todo (MITTLER,2002). É um processo que deve começar bem antes de a criança ir para a escola.

Nesse sentido, é preciso estruturar a mudança da escola levando em conta o currículo, os processos avaliativos, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre os agrupamentos destes na sala de aula, a pedagogia e as práticas docentes. Além disso, é preciso considerar as oportunidades de cultura, esporte, lazer e recreação que deverão compor o projeto pedagógico da escola.

2.2. O MODELO DE INTEGRAÇÃO ESCOLAR

Nesse processo, surge o movimento denominado integração, originário nos países nórdicos que procurará discutir a situações das pessoas com deficiências na sociedade como um todo. O movimento de integração social começa a demandar, então, a participação efetiva de pessoas com deficiências nos sistemas de educação, saúde e nos espaços de lazer (SASSAKI, 1997).

O modelo da integração instituí, de certo modo, a ideia de que os serviços especializados, voltados para a escolarização das pessoas com deficiências, devem se aproximar ao máximo dos padrões existentes nas instituições pertencentes aos sistemas comuns de ensino, o que contribuiria para inserção futura desses alunos nesses espaços. O modelo de integração escolar foi formulado como uma proposta da Educação Especial. Denominado por alguns autores como Sistema de Cascata, ele baseia na subdivisão da educação em serviços e, portanto, em espaços que prestam atendimentos distintos aos alunos com deficiências, de acordo com suas limitações e necessidades. Constitui-se estruturalmente em uma educação especializada, que tem como um de seus objetivos preparar os alunos especiais para um possível acesso futuro à escola comum. Nessa situação, o aluno com deficiência é matriculado em uma escola especial, podendo ser, posteriormente, integrado em um escola comum, caso sua avaliação educacional aponte esse caminho. No sistema de cascata, é forte a lógica da adaptação do sujeito ao meio, alterando-se pouco a relação de exclusão que a sociedade estabelece com as pessoas que apresentam diferenças.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (Brasil, 1994, p18) “integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua integração nos grupos sociais, implicando reciprocidade”.

Para Mazzotta (1998), integração pressupõe a ampliação da participação as situações comuns para indivíduos e grupos que se encontram segregados, ou seja, para aqueles alunos necessitam e utilizam os serviços de educação especial, justifica a busca pela integração.

Surgido na década de 60, o conceito de integração relacionava-se diretamente com as crianças deficientes. Foi um movimento que aconteceu em época de grande movimentação social e civil, de luta pelos direitos, pela igualdade e justiça.

Blanco (1998) explica que o movimento de integração surgiu da necessidade de promover o direito dos alunos portadores de necessidades especiais à educação especial.

2.3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com Abbamonte (2009), a palavra Inclusão não significa promover a adequação ou a normalização de acordo com as características de uma maioria, seu significado está mais próximo à possibilidade de fazer parte, conviver e não se igualar. Portanto, é com grande cautela que devemos levantar a bandeira da inclusão escolar de crianças com graves problemas de desenvolvimento. Ao invés de tomamos o assunto partindo de um ideal, do que a lei, é mais apropriado levar em consideração a própria criança, verificar o problema que ela apresenta e, a partir daí, avaliar a maneira de ingressá-la numa ou noutra sala de aula. A colocação da autora é muito pertinente e leva a refletir sobre a responsabilidade que se tem à frente quando se trata de avaliar uma criança, pois uma vez que a criança é colocada na escola, todos os profissionais estão assumindo um compromisso com ela.

Em Sasaki (1997, p.41), encontra-se que inclusão é:

[...]Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir ,em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

A educação inclusiva diz respeito ao direito à educação e, conforme Monteiro (2004) deve buscar-se em princípios tais como: a preservação da dignidade humana, a busca de identidade e o exercício de cidadania.

Para conceituar a educação inclusiva é preciso expressar, pelo menos, algumas de suas funções, ou seja, a escola inclusiva precisa cuidar, integrar, reconhecer, relacionar-se com crianças e pessoas de um modo geral, com necessidades especiais (MACEDO, 2009).

De acordo com Mrech (2009), “Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os graus.”

Como se observa na fala de Mrech (2009), seu pensamento vai além quando coloca no processo de inclusão, os portadores de distúrbios de aprendizagem, que até certa época não eram considerados para essa educação. A melhor e mais conceituação para educação inclusiva é vê-la como um processo de inclusão de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na rede comum do ensino em todos os seus graus ou série, e deste modo, conquistar o objetivo maior da educação de qualidade e para todos.

Com referência às deficiências, condutas típicas e altas habilidades, o conceito de inclusão envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre origens das aprendizagens e das dificuldades de comportamento, evoluindo a ideia de “defeito” para ideia de “modelo social.”

O objetivo da inclusão é promover mudanças nas escolas e no sistema educacional como um todo para responder a uma ampla gama de necessidades, celebrando a diversidade de gênero, de raça e etnia, de linguagem de origem, de nível de aquisição de aprendizagem ou deficiência. Os alunos deverão ser percebidos como sujeitos que têm diferenças. Será preciso rever processos avaliativos, sem que isso signifique ausência de avaliação. Também a função da escola será ampliada, não se restringindo a ensinar a ler e a escrever.

O princípio fundamental da educação inclusiva consiste em que todas as crianças devem aprender juntas, não importando quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Nessa Perspectiva as escolas inclusivas devem reconhecer as necessidades de todos os alunos, adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando respostas educacionais adequadas por meio de um currículo flexível, boa organização escolar, diversificação de recursos e entrosamento com suas comunidades. (Declaração de Salamanca, 1994).

2.4. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Percebe-se que a sociedade brasileira está vivendo um processo rico, inovador e enriquecedor. No início do século XXI encontra-se, nas cidades, pessoas com

deficiências: em escolas, nos mais diversos ambientes de trabalho, em supermercados, em lojas. Este fato ocorria há 20anos.

Existem alguns dados quantitativos oficiais que dão conta do aumento do percentual de alunos com deficiências matriculados nas escolas comuns. E muitos têm sido os testemunhos de processos de inclusão bem sucedidos que indicam alternativas para o desenvolvimento da escola e da sociedade inclusivas.

Mas isso não significa uma realização perfeita. Não se pode falar de um avanço homogêneo ou linear. O processo da inclusão não é fácil e por isso é desafiador e pleno de possibilidades para os educadores e dos educandos. Entende-se que a sociedade está construindo um processo inclusivo, mas ainda faz exclusão. Há um movimento para incluir e obstáculos à inclusão. Essa situação pode ser alterada com o avanço do humanismo, do conhecimento da diversidade e das possibilidades humanas. Com a evolução da sociedade, propiciada pela interação com as pessoas com deficiência, é possível vislumbrar uma sociedade mais fraterna, mas cooperativa. São necessárias e o fortalecimento de uma mentalidade inclusiva especialmente na preparação dos professores para receber essas crianças.

O atendimento educacional à pessoa com deficiência ou síndrome, deve decorrer, inicialmente, das necessidades evidenciadas na prática da sala de aula, pelos alunos reais. O professor não tem com saber tudo de todas as deficiências para atender a qualquer aluno que procure a escola, mesmo porque as deficiências são dinâmicas: elas mudam, alteram-se. As pessoas com deficiências têm manifestações heterogêneas, e surgem ainda novas deficiências com a evolução da sociedade. Assim, o professor deve contar com ajuda especializada, sendo mesmo admissível que parte da escolarização se dê em situações especiais.

Alguns especialistas mostram que há várias ações possíveis para implementar a inclusão. Tais ações devem ser simultâneas. Estão entre elas uma companhia contínua de esclarecimento ao público em geral, aos alunos e familiares das escolas comuns e especiais, aos professores e às autoridades educacionais. Alguns consideram indispensável o treinamento dos atuais e futuros professores comuns e especiais. Esses treinamentos deverão focar os conceitos inclusivistas como autonomia, independência, equiparação de oportunidades, inclusão social, modelo social da deficiência, rejeição zero e vida independente.

É necessário que todos os professores tenham uma informação geral de percurso histórico da inclusão, que se conscientizem de seus sentimentos em relação às pessoas com deficiências e das motivações destes mesmos sentimentos. Além disso, é fundamental que compreendem o contexto sócio histórico da proposta de exclusão e, especialmente, o contexto da inclusão, e que tenham um domínio básico de conhecimento que auxiliem a sua aproximação das pessoas com deficiência, no sentido de interagir com elas.

O professor deverá ser criativo: trabalhar com cantinhos de aprendizagem, experimentar agrupamentos e reagrupamentos de alunos, estimular cada aluno para que se desenvolva no ritmo de direção de sua opção, dando suporte para o processo individual de desenvolvimento dos alunos e garantindo espaço acadêmico para que os alunos possam nele circular à medida de sua necessidade, interesse e vontade.

É necessário reafirmar a importância do papel do professor como agente mediador do processo de aprendizagem, levando em consideração as diferenças individuais e proporcionando atividades diversificadas e motivadoras, que façam do ensino e da aprendizagem grandes aventuras.

A apropriação e escolha de uma concepção de ensino e aprendizagem é o fator fundamental que orientará o olhar de professores sobre sujeitos que aprendem. É também, a partir da definição que serão delineados os objetivos da ação pedagógica.

Nesse sentido, a aprendizagem depende do desenvolvimento maturacional e prontidão dos sujeitos. Como pensar a intervenção do professor no processo de ensino-aprendizagem?

Se a aprendizagem depende do desenvolvimento dos sujeitos e dos fatores hereditários, o papel do professor se resumiria a aguardar a maturação dos sujeitos para aprender, considerando sua “Prontidão”, justificando as dificuldades encontradas pelos aprendizes nas causas genético-hereditárias.

2.5. A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS A ESCOLAS PUBLICAS.

A necessidade de uma política de educação especial foi se delineando a partir de 1970, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) considerou que o alunado da educação especial era o que necessitava de cuidados especiais no lar, na escola,

na sociedade e promoveu a institucionalização da Educação Especial, introduzindo como “modelo educacional” no sistema de ensino brasileiro. Com isso, foi implantado maior número de serviços de atendimento a essas pessoas, sempre à margem do sistema regular de ensino. É importante observar que as ações educacionais desenvolvidas a partir do então tiveram um enfoque terapêutico que ainda prevalece em algumas situações.

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração firmada em Jomtien, em 1990. Reafirmou essa opção em 1994, na Declaração de Salamanca que define princípios que orientam a política e prática em Educação Inclusiva. Essa Declaração fomentou polêmicas posteriores no Brasil entre o modelo de integração escolar e o que, então, passa a ser apontado como inclusão e Educação Inclusiva. Pela sua importância destacam-se aqui alguns dos seus princípios:

- “todas as crianças, de ambos os sexos têm direito fundamental à educação bem como a oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento;
 - cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;
 - os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades
 - as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escolas comuns, que deverão incluí-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;
- (...) adotar como força de lei ou como política, o princípio da educação inclusiva que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns.”
(...)(Declaração de SALAMANCA, 1994)

Mediante os conceitos para educação inclusiva, a instituição escolar é facilmente relacionada a um ambiente onde vamos buscar uma educação justa, igualitária e de qualidade.

Relacionado o processo inclusivo à instituição escola, pode-se definir que ela será Inclusiva quando procurar educar todos os alunos em salas de aula regulares. Isso significa permitir a educação e a frequência de todos na escola regular, bem como oferecer a todos uma série de desafios e oportunidades que sejam adequadas às suas habilidades e necessidades, tema tão debatido por Perrenoud nos fins dos anos 90.

Desse modo, o primeiro passo para a escola ser inclusiva é o conhecimento e a aceitação das diferenças individuais, pois as necessidades educativas especiais pressupõe outras estratégias de ensino-aprendizagem que não as usadas rotineiramente com a maioria dos alunos.

Sobre a Escola Inclusiva, Gil (2007) citando Staimback (1999, XIII) afirma que ela é um lugar do quais todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que as suas necessidades educacionais sejam satisfeitas.

Nesse sentido, Mirech (2009) aconselha que para uma escola apresentar-se como inclusiva deveria ser direcionada para a comunidade, ser vanguardista buscar padrões de excelência, se colaborativa e cooperativa, além de ainda, mudar os papéis e responsabilidades da equipe, estabelecer infraestrutura de serviços, como promoção do acesso físico, tornar o ambiente educacional flexível, promover parceria com os pais, montar estratégias baseadas em pesquisas, estabelecer novas formas de avaliação e por fim, levar todos os participantes da escola a buscarem sempre desenvolvimento profissional.

Portanto, a escola será inclusiva quando conseguir transformar não apenas a rede física, mas a postura, as atitudes e os pensamentos dos educadores e da comunidade escolar em geral, para aprender a lidar com a heterogeneidade e conviver naturalmente com as diferenças.

3. CONCLUSÃO

Ao se examinarem alguns objetivos nesse trabalho, verifica-se que a busca de uma educação inclusiva, se torna uma busca do potencial nas identidades individuais que precisa percorrer um novo caminho, o paradigma da inclusão. Professores, pais, terapeutas e familiares, todas as demais pessoas da sociedade precisam adotar os princípios da autodeterminação e autodefesa, da vida independente, da autonomia, do modelo social da deficiência, da diversidade humana, da rejeição zero e das diferenças individuais. Mas hoje, conhecendo as descobertas propiciadas pelo paradigma da inclusão e tendo em mãos uma teoria de uma inteligência que consiste que as pessoas com deficiências e de outras pessoas socialmente excluídas que adotem critérios de avaliações e metodologias didáticas e demais recursos educacionais.

Em virtude dos fatos mencionados acima, conclui-se que o processo de Inclusão vem cada dia se aprimorando por mais que as demandas atuais na Educação Especial está na fase de mudanças e de aprendizagem, fica notável e visível o quanto essas políticas educacionais e de implementação estão em reformas para uma

cidadania que envolve também a reforma dos educadores, com capacitações e inovações relevantes e significantes no enriquecer de cada profissional dentro dos parâmetros curriculares nacionais. A inclusão é um marco e vitória na vida daquelas crianças que viviam desamparadas por uma educação inclusiva. Portanto em se tratando de educação inclusiva no modelo atual é um desafio que nos obriga a pensar e repensar na educação das pessoas com deficiências, numa conduta típica e altas habilidades dentro de uma perspectiva que toda criança tem direito de estar inserida num programa educacional, independente de suas possibilidades e limitações de aprendizagem na escola, na sua cultura, sua política e suas práticas pedagógicas. Dessa forma não estará atendendo não somente aqueles com deficiência, mas todos aqueles que atualmente são marcados pelo ciclo de exclusão e um pleno fracasso escolar. Mas vale salientar, digo ressaltar que a inclusão não é uma ameaça, muito menos uma mera questão de terminologia, é apenas uma expressão linguística e física de um processo histórico que não se iniciou e nem terminará hoje. Na verdade, se a educação é um direito de todos, as pessoas com deficiências estão sem dúvidas aí incluídas, com oportunidades iguais, a inclusão não tem fim, pode-se afirmar que ela está atualmente no coração da política internacional, da política nacional, estadual e municipal.

Tendo em vista exemplos vivenciados no meu cotidiano, percebe-se que a educação inclusiva, mesmo com as dificuldades, está no caminho certo, com profissionais adequados e capacitados para receber esses alunos especiais dentro de uma escola pública, que muitas vezes tem pouco a oferecer, mas vem de forma bastante abrangente, preparando o espaço físico para deixá-los a vontade e para que se sintam num ambiente acolhedor e acima de tudo, respeitando suas dificuldades. Contudo, essa integração escolar vem enriquecendo e aprimorando esse processo de ensino, normalizando ou facilitando a vida desses alunos, atendendo-os de forma clara e simplificada nas suas limitações dentro do contexto educacional, tornando inovador, rico e interessante com uma forma adaptativa e sobre tudo reconhecendo e valorizando sua diversidade como um Direito Humano como prioridade e essencial para sua autonomia e futuramente dependência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Ministério da Educação e do desporto/ Secretaria de Educação, 1994.

SASSAKI, Romeu k. **Integração e Inclusão: do que estamos falando? Histórico, conceitos, evolução e perspectivas.** 1998.

BUENO, Nunes. **A formação do professor especialista.** São Paulo: Vozes, 1998.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **A declaração de Salamanca. Sobre princípios, política e prática em educação especial.** Salamanca, Espanha 7 a 10 de Junho / 1994.

UNESP. MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos Sociais.** São Paulo: Artmed, 2003.

MEC/SEESP. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1,** Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Projeto Escola Viva – **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial 2002, Série 2.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

GUSDORF, G: **Professores para quê? Para uma pedagogia da pedagogia.** 3 ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para Educadores.** Porto Alegre: Editora Arned, 1999.

MEC. **Atendimento educacional especializado para deficiência mental**, 2005.

MEC. **Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. Dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva. Contextos sociais**. Artmed Editora. Porto Alegre, 2000.

CARVALHO, Rosita Edler. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?...** 1998, mimeo.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

DECHICHI, C. **Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental**. São Paulo: PUC– SP, 2001.
(Doutorado em Psicologia Educacional).